

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **635/2020**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, questionamentos sobre os protocolos de avanço da flexibilização de atividades econômicas no município e seu impacto no sistema de transporte público.

Considerando as últimas ações do executivo municipal, seja promovendo a flexibilização por meio da edição dos decretos, seja pelo posicionamento em acordo extrajudicial acerca do funcionamento de bares e restaurantes, é inegável que as medidas trarão uma maior circulação de usuários no sistema de transporte público coletivo.

Com a redução das atividades, houve também a redução do número de veículos em circulação, o que ocasionou inclusive cobrança deste vereador que subscreve. Agora, com o iminente aumento, fazem-se pertinentes os seguintes questionamentos:

- As empresas de ônibus já entraram em acordo com o Poder Executivo quanto à oferta de veículos e prazo máximo entre as viagens?
- Qual o número estimado de veículos para que as medidas de distanciamento social e prevenção de contaminação sejam plenamente respeitados?
- Qual o número de multas aplicadas até o momento em desfavor das concessionárias por desrespeito às medidas de combate à pandemia?

O presente pedido tem o condão de esclarecer os protocolos de reabertura a fim de garantir a segurança do cidadão belo-horizontino.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.


Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Comissão Especial de Covid

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
03 / 09 / 20

15654
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
636/2020

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, questionamentos sobre a retomada de atividades de coleta seletiva nos bairros de Belo Horizonte.

Com o recente protocolo de flexibilização de atividades na cidade, levando em consideração a diminuição dos índices de controle e acompanhamento da pandemia na capital mineira, surge o questionamento acerca da retomada das atividades de coleta seletiva, mesmo porque representam uma importante fonte de renda às associações de catadores de material reciclável.

Ainda que a retomada não seja imediata, é necessário compreender se o diálogo com as instituições parceiras é mantido, até mesmo para o estabelecimento de protocolos para garantia da segurança dos catadores.

Dessa feita, peço seja esclarecido:

- Já existe previsão de retomada do serviço de coleta seletiva na modalidade porta a porta?
- Há protocolo de retomada em elaboração, capaz de garantir a segurança da atividade, ressaltando que em um cenário de crise econômica a retomada pode auxiliar essas pessoas que dependem dessa renda?

O presente pedido tem o condão de esclarecer os protocolos de reabertura a fim de garantir a segurança do cidadão belo-horizontino, bem como compreender a retomada dos serviços paralisados na cidade.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.


Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Comissão Especial de Covid

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

03 / 09 / 20

4659
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
637/2020

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão seja encaminhado ofício para que sejam convidados, o Secretário de Orçamento, Planejamento e Gestão, Sr. André Reis e a Secretária de Regulação Urbana, Sra. Maria Caldas, para reunião com a finalidade de discutir os protocolos de funcionamento de restaurantes.

Atentos às mudanças nas regras de funcionamento iniciadas na semana anterior, e que serão ampliadas a partir do dia 04 de setembro, é necessário compreender se as ações de reabertura ocorrerão conforme planejamento determinado, ou de maneira meramente reativa aos indicadores.

Diversos questionamentos inundam essa comissão sobre o protocolo para servir bebidas alcólicas, a previsão de retomada de serviço de buffet, fiscalização de mesas e cadeiras em calçada, tendo em vista o anúncio de flexibilização da norma no momento de abertura, entre outras questões.

Posto isso, sugiro que seja marcada reunião com os representantes do Poder Executivo a fim de que sejam apresentadas as diretrizes para a retomada das atividades econômicas que foram suspensas em razão da pandemia.

Certo da atenção dos colegas e do Poder Executivo, manifesto desde já os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020


Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Comissão Especial de Enfrentamento ao Covid-19

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

03 / 09 / 20

654 :
Responsável pela distribuição

CMH-DIREG-01/set/20-10:36:51-002263-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

638/2020

Requeremos a esta Comissão Temporária de Estudo - Enfrentamento da COVID-19, nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Senhor Jackson Pinto Machado, pedido de informação anexo acerca dos repasses extras realizados à Rede SUS-BH pela Secretaria Municipal de Saúde durante a pandemia de Coronavírus.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2020.

Bernardo R. F. Ramos

Vereador **DR. BERNARDO RAMOS**
Partido NOVO

Ao senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Comissão Temporária Especial de Estudo sobre o Enfrentamento da COVID-19

Protocolizado conforme

Portaria nº 18.884/20

Data: 03/09/20

Hora: 15:23:16



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Dispensa de Licitação – Covid-19

Comissão Temporária Especial de Estudo sobre o Enfrentamento da COVID-19

Senhor Prefeito,

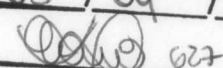
Com meus cordiais cumprimentos, gostaria de obter esclarecimentos adicionais sobre informações concedidas pelos representantes da Prefeitura de Belo Horizonte durante audiência pública realizada no dia 01/09/2020 com a finalidade de discutir com a PBH as compras realizadas visando ao enfrentamento da Covid-19 e obter esclarecimentos em relação aos contratos e a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte em função da pandemia de Covid-19.

Conforme explanação realizada pelos representantes da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de agosto foram liquidados 230 milhões de reais na área da saúde para o enfrentamento da Covid-19, que representaria mais de 60% de todos gastos do município em função da pandemia. Deste montante, os repasses aos 23 hospitais da rede SUS-BH somaram mais de R\$ 187 milhões.

Dessa forma, solicita-se planilha contendo todos os repasses extras realizados a cada hospital a partir de contratos assistenciais preexistentes, contendo também suas respectivas datas e justificativas.

Certo de sua atenção ao pedido, fico no aguardo das informações relativas ao que aqui se pede.

Cordialmente,

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
03 / 09 / 2020

Responsável pela distribuição

Bernardo K. F. Ramos
Vereador **DR. BERNARDO RAMOS**
Partido NOVO



OF. GABPREF/DALE Nº 251 /2020

Belo Horizonte, 28 / 08 /2020

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 493/20** – Vereador Gabriel – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 1.705/20, de 10/07/2020.

Senhora Presidente,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 493/20, de autoria do Vereador Gabriel, que solicita informações sobre obre as atividades econômicas ligadas ao Turismo, eventos e feiras, encaminho, anexas, manifestações da Secretaria Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Fazenda conforme Ofício GAB-SMC/GP/DTEL/Nº 156/2020 e Ofício SUREM/GP-DTEL nº 101/2020.

Destaco que resposta inicial foi direcionada a Vossa Senhoria através do Of. OF. GABPREF/DALE Nº 218/2020, de 03/08/2020.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício GAB-SMC / GP-DTEL / Nº 156/ 2020

Belo Horizonte, 28 de julho de 2020.

Ref.: Resposta à TAG 260453 - Requerimento de Comissão nº 493/20

Prezada Diretora,

Cumprimentando-a encaminho esclarecimentos para resposta à TAG 260453, fruto de requerimento do Vereador Gabriel Azevedo. Das questões levantadas, estamos respondendo àquelas que dizem respeito às atividades da Secretaria de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura; ou seja, as de número 4, 5 e 6 do citado requerimento. As respostas elaboradas pelas diretorias da SMC e FMC ligadas aos temas tratados, com as quais estamos de acordo, seguem abaixo, na ordem numérica em que foram apresentadas no requerimento:

"4. Retorno imediato dos processos de inscrição para a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, pela Fundação Municipal de Cultura, e sua ampliação de valores, visando abarcar mais iniciativas do setor;"

O Edital LMIC 2020 - Modalidade Incentivo Fiscal, com recursos da monta de R\$ 13.638.580,00 (Treze milhões seiscentos e trinta e oito mil quinhentos e oitenta reais), teve suas inscrições reabertas em 21/05/2020, seguindo este prazo até dia 15/06/2020.

Foram 526 projetos inscritos e, atualmente, o Edital se encontra em fase de análises das propostas apresentadas.

Em 07/07/2020 foram lançados 2 Editais na modalidade Fundo Municipal de Cultural, o Edital LMIC - Modalidade Fundo e o Edital BH nas Telas 2020.

O valor total desses Editais ultrapassa os 9 milhões de reais e contemplará todos os setores artísticos-culturais reconhecidos pelo Conselho Municipal de Política Cultural - COMUC. Ao todo, são quase 23 milhões de reais injetados na economia da cultura do município por meio de Editais de Fomento.

"5. Criação de Edital Modalidade Prêmio para financiamento de programação para casas de espetáculos, casas noturnas, espaços para eventos, etc., aqueles que realizam eventos ao vivo;"

A SMC já está provendo análises e estudos acerca da aplicação da LEI Nº 14.017/2020 no âmbito do município de Belo Horizonte.

Ilma. Sra.

Anita Carmela Militão de Pascali

Diretora Técnico-Legislativo

Gabinete do Prefeito

Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar – Centro

NESTA



Como dispõe os incisos II e III do art. 2º da legislação citada, ações deverão ser implementadas para o auxílio emergencial setor cultural, por meio de subsídio mensal a espaços culturais, além de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural.

A operacionalização das ações previstas na LEI Nº 14.017/2020 irá promover iniciativas que propiciem não somente o socorro ao setor como, também, criem condições de retomada de suas atividades quando as condições sanitárias assim permitirem. A efetivação e implementação dessas medidas estão dependendo da regulamentação federal da citada Lei.

“6. Liberação de espaços públicos — drive-in, praças, parques, ruas, centros culturais e teatros - para a realização de eventos, com total isenção de taxas públicas por 12 meses, além de fomento de artefatos como palcos, grades, policiamento municipal;”

No momento todos os equipamentos culturais públicos de Belo Horizonte (atividades consideradas não essenciais) encontram-se temporariamente fechados desde o dia 19 de março de 2020, em cumprimento ao Decreto Nº 17.298 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus - COVID-19.

Informamos também que todos os funcionários dos teatros públicos municipais cumprem medidas de isolamento e distanciamento, exercendo as suas funções em regime de Teletrabalho ou em sobreaviso, conforme determinado no mesmo Decreto.

A Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura seguem trabalhando, em conjunto com a sociedade civil e Comitê de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte na criação dos protocolos de retomada dos equipamentos culturais da cidade e atividades presenciais.

Fora dessa situação de suspensão causada pela contaminação do Covid-19 os teatros públicos municipais as ocupações dos teatros públicos municipais de Belo Horizonte se dão prioritariamente por meio de Processo Público de seleção, visando propiciar aos interessados, igualdade de oportunidade, em atendimento ao decreto Nº 15.721/14, que regulamenta esses espaços culturais e determina em seu anexo único - VII, VIII e IX, do grupo IV - os valores de contrapartida correspondentes a cada tipo de ocupação.

Aos selecionados no edital é repassado o valor da bilheteria, sendo retido apenas o valor relativo à alíquota ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza), correspondente à 3% da renda bruta da bilheteria, por espetáculo, conforme determina a Lei Municipal nº 8.725/03.

Já em duas edições, o edital conta com a renúncia pela cobrança dos 10% de bilheteria por parte da Fundação Municipal de Cultura, com vistas a estimular a ocupação artística dos teatros públicos, favorecer a grade de programação destes espaços, fomentar a circulação das produções locais e proporcionar uma



programação cultural e artística diversa e qualificada para a população belo-horizontina. Qualquer outra modalidade de isenção de taxas e-ou impostos fogem à alçada desta Secretaria e devem ser estudadas pelos setores competentes da Administração Municipal.

Esperando ter contribuído para esclarecer e responder às questões atinentes à nossa área, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

FABIOLA MOULIN
MENDONCA:54079462620

Assinado de forma digital por FABIOLA
MOULIN MENDONCA:54079462620
Dados: 2020.07.31 15:20:07 -03'00'

Fabíola Moulin Mendonça
Secretária Municipal de Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

Ofício SUREM/GP-DTEL n.º 101/2020

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2020.

Assunto: Requerimento de Comissão nº 493/2020 - TAG 260.453

Senhora Diretora,

Reportando-nos ao Requerimento de Comissão em referência, por meio da qual o Vereador Gabriel Azevedo apresenta diversas solicitações em relação aos setores de turismo e eventos, dentre as quais sugestão para que a Prefeitura de Belo Horizonte conceda ***"7. Isenção de 18 meses de IPTU e ISS para todos os segmentos do setor de turismo e eventos, a partir de julho/2020 até dezembro/2021; 8. Implantação de REFIS para as empresas de turismo e de eventos;"*** apresentamos as considerações a seguir.

Cumpre salientarmos, de plano, que para a eventual concessão de benefícios fiscais, que resultem em descontos, anistia ou isenções sobre créditos de natureza tributária para regularização de dívidas, "Refis" (tal como aqueles autorizados por meio da Lei nº 10.752, de 15 de setembro de 2014, e da lei nº 10.876, de 20 de novembro de 2015, ("Programa em Dia com a Cidade"), seria necessária autorização legislativa específica, que não nos parece possível no momento em face das disposições da legislação eleitoral.

Neste sentido, a Lei Eleitoral, Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispõe nos seguintes termos quanto à concessão de benefícios nos anos em que se realizarem as eleições, conforme previsão do § 10 do art. 73, verbis:

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

Ilma. Sra.

Anita Carmela Militão de Pascali

Diretora Técnico-Legislativa Interina – GP-DTEL

PBH

ASSESSORIA/RAP



§ 10 - No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa."

Verifica-se no dispositivo transcrito, que tanto o estado de emergência quanto o estado de calamidade são situações excepcionadas na Lei Eleitoral, dentre às vedações de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, no curso do exercício em que se realizar eleições.

No caso de Belo Horizonte foi reconhecido o estado de emergência por meio do Decreto nº 17.297, de 17 de março de 2020, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral da COVID-19, e, ainda, declarado o estado de calamidade por meio do Decreto nº 17.334, de 20 de abril de 2020, que declarou o estado de calamidade pública no Município, também em razão da pandemia da COVID-19, cuja eficácia foi ser referendada pela ALMG, por meio da RESOLUÇÃO 5545, de 30 de abril de 2020.

Entretanto, a aplicação deste permissivo legal, relativa a não proibição da concessão de benefício no contexto do estado de calamidade, não poderá ocorrer de forma indistinta e geral, sem se considerar a relação da dívida com a situação econômica e financeira do devedor, decorrente da pandemia, caso em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Assim sendo, eventuais benefícios fiscais somente poderão ser concedidos com a observância da relação de causalidade entre o benefício concedido e os impactos econômicos, financeiros e sociais para os respectivos beneficiários, tal como é alertado pelo Promotor de Justiça Edson Resende, coordenador eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais, em matéria de 06 de maio de 2020, veiculada no site do jornal "O Tempo", nos seguintes termos.

"Isenção, postergação e diminuição de impostos, tem que ser avaliada com mais detalhamento porque a calamidade autoriza toda e qualquer distribuição. A distribuição que está vedada só é autorizada pela situação de calamidade quando o objeto do benefício tiver um link imediato com a calamidade", disse Resende.

[...]

"A calamidade não é um cobertor para tudo, depende de estar conectada com aquele benefício. Nos parece que é tranquilo falar que tem conexão a distribuição de cesta básica e de dinheiro (durante a calamidade), agora a questão do imposto e do IPTU a gente teria que ver a pertinência", explicou o promotor.



[...]

*Segundo Resende, o prefeito que decretar os benefícios precisa **fundamentar e demonstrar, de forma clara, a conexão imprescindível para a medida em decorrência da pandemia.** Essas publicações devem ser analisadas pelos promotores eleitorais e da Justiça comum. "Tem que ser avaliado caso a caso por ter que haver essa conexão.*

Tem que ver no caso concreto qual a repercussão que a calamidade sanitária projetou sobre a atividade econômica daquela pessoa (que vai receber o benefício) para dizer que ele foi impactado, de qual forma e que não tem condições de pagar o imposto", exemplificou o promotor."

Assim sendo, podemos concluir que deverá ser avaliada criteriosamente a concessão de eventual benefício fiscal em decorrência da pandemia do COVID – 19, notadamente, como ressaltado pelo representante do Ministério Público de Minas Gerais, quanto a estrita relação causal entre os efetivos impactos da pandemia sobre as atividades exercidas ou sobre a situação econômica, financeira e social dos beneficiários da medida de desoneração fiscal, sob pena de incorrer-se nas vedações e penalidades previstas na legislação mencionada.

Salientamos ainda que, mesmo que inexistentes as vedações do período eleitoral, a apresentação de eventual proposição legislativa de concessão de benefícios fiscais, que resulte em renúncia de receita, tal como proposto, dependeria do cumprimento das condições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não se vislumbra na Indicação em exame, conforme se verifica no art. 14, assim dispõe:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado."

¹<https://www.otempo.com.br/politica/prefeito-que-conceder-beneficios-ou-isencao-de-impostos-pode-ser-punido-1.2334002>



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

Por fim, anexamos ao presente informações relacionadas com as medidas de amparo aos contribuintes implementadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de minimizar os impactos administrativos e financeiros para os contribuintes do Município, especialmente para aqueles cujo funcionamento foi suspenso em virtude das ações adotadas para o enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Por todo o exposto manifestamos o nosso posicionamento em sentido contrário à implementação da sugestão contida no Requerimento de Comissão nº 493/2020, e colocamo-nos inteiramente à disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por EUGENIO
EUSTAQUIO VELOSO
FERNANDES:49606530604
Dados: 2020.08.18 09:47:48 -03'00'

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes
Subsecretário da Receita Municipal

De acordo.

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Fazenda



MEDIDAS DE AMPARO AOS CONTRIBUINTE

A Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de minimizar os impactos administrativos e financeiros para os contribuintes do Município, especialmente para aqueles cujo funcionamento foi suspenso em virtude das ações adotadas para o enfrentamento da pandemia do Covid-19, adotou até o momento as medidas de amparo às atividades econômicas destacadas a seguir.

Decreto 17.298, de 17 de março de 2020:

- Suspensão dos prazos dos processos administrativos e tributários;
- Suspensão dos prazos em curso no âmbito do contencioso administrativo;
- Suspensão do prazo para apresentação de reclamação e interposição de recursos;
- Suspensão da realização de sessões de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Tributários do Município.

Decreto nº 17.308, de 19 de março de 2020

- Suspensão de instauração de novos procedimentos de cobrança;
- Suspensão do encaminhamento de certidões da dívida ativa para protesto;
- Suspensão da exclusão de parcelamentos em atraso;
- Prorrogação dos prazos para geração e envio da Declaração Eletrônica de Serviços – DES e da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF;

Para as empresas cujos alvarás foram suspensos:

- Diferimento das datas de vencimento das Taxas de Fiscalização de Localização e Funcionamento, de Fiscalização Sanitária, e de Fiscalização de Engenhos de Publicidade, postergando-as por 90 dias;
- Parcelamento extraordinário (em até 180 parcelas) de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, previsto no Decreto 16.809, de 2017, sem necessidade da aprovação da Comissão de Análise de Parcelamentos;
- Diferimento das parcelas do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2020, com vencimento em abril, maio e junho por noventa dias.



Decreto nº 17.319, de 1º de abril de 2020:

- Prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a créditos municipais por 90 dias.

Decreto nº 17.355, de 12 de maio de 2020:

- Estende as medidas excepcionais de auxílio já concedidos pelo Decreto nº 17.308, 2020, a todos os contribuintes alcançados pelas disposições do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, que determinou a suspensão por tempo indeterminado dos Alvarás de Localização e Funcionamento – ALFs – e autorizações emitidos para todas as atividades comerciais do Município.

Decreto nº 17.382, de 2 de julho de 2020:

- Dispõe sobre novas medidas excepcionais de auxílio a contribuintes alcançados pelas disposições do Decreto nº 17.328, de 8 de abril de 2020, e de redução dos impactos sobre a atividade econômica no Município, causados pelas ações de contenção da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.
- Diferimento das datas de vencimento, em 10 de maio e em 20 de maio, das Taxas de Fiscalização de Localização e Funcionamento, de Fiscalização Sanitária, e de Fiscalização de Engenheiros de Publicidade para 10 de outubro, podendo ser pagas em até cinco parcelas mensais e consecutivas.
- Prorrogação por 90 dias da possibilidade de concessão de parcelamento extraordinário (em até 180 parcelas) de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, previsto no Decreto 16.809, de 2017, sem necessidade da aprovação da Comissão de Análise de Parcelamentos;
- Diferimento das parcelas do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2020, com vencimento no dia 15 dos meses de abril a agosto, para pagamento em seis parcelas mensais e consecutivas, com vencimento a partir de 15 de setembro de 2020 até 15 de fevereiro de 2021.
- Prorrogação da suspensão por cem dias para:
 - Instauração de novos procedimentos de cobrança;
 - Encaminhamento de certidões da dívida ativa para cartórios de protesto;
 - Instauração de procedimentos de exclusão de parcelamentos em atraso.

O diferimento das parcelas do IPTU e do prazo de vencimento das Taxas Mobiliárias (TFLF, TFS e TFEP) beneficiaram cerca de 76 mil estabelecimentos de empresas localizados em



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

imóveis identificados por 56 mil índices cadastrais no Município, implicando na postergação do recebimento de aproximadamente R\$160 milhões, sendo R\$40 milhões em taxas e R\$120 milhões em IPTU.

Por fim, há que se destacar ainda o encaminhamento da PBH pela anuência à aprovação da recém editada Resolução 154, de 03 de abril de 2020, do Comitê Gestor do Simples Nacional, que prorrogou os prazos de recolhimento do ISSQN e ICMS, recolhidos no âmbito do Regime Simplificado de Tributação do Simples Nacional, pelo prazo de 90 dias, beneficiando as 276.495 microempresas -ME, empresas de pequeno porte - EPP e microempreendedores individuais - MEI do município, representam 73% das empresas aqui estabelecidas e que recolhem cerca de 20% do ISSQN total arrecadado mensalmente. O diferimento autorizado importará na postergação por noventa dias do recebimento mensal de pelo menos R\$32 milhões em créditos de ISSQN e ICMS transferido devidos o Município.

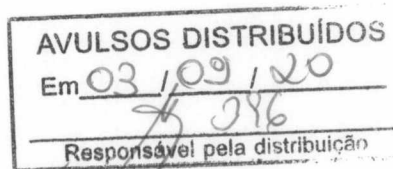
A íntegra dos decretos mencionados no presente comunicado, com o regramento correspondente, pode ser obtida no endereço eletrônico:

<http://www.fazenda.pbh.gov.br/internet/legislacao/novo/index.asp>

EUGENIO EUSTAQUIO
VELOSO
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por
EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO
FERNANDES:49606530604
Dados: 2020.08.18 09:50:13 -03'00'

Subsecretaria da Receita Municipal
Secretaria Municipal de Fazenda



OF. GABPREF/DALE Nº 256 /2020

Belo Horizonte, 28 / 08 /2020

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 559/2020** – Vereador Gabriel – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 1.943/20, de 04/08/2020.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 559/2020, de autoria do Vereador Gabriel, que solicita informações sobre o protocolo de atendimento dos pacientes internados no Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, durante o período da pandemia.

Consultado, o Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro emitiu resposta por meio Ofício EXT./Diretoria Executiva – HMDCC nº 380/2020, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

Ofício EXT./Diretoria Executiva-HMDCC nº 380/2020

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2020.

**Ref.: Resposta ao Requerimento de Comissão 559/2020
– Câmara de Vereadores/Belo Horizonte.**

Prezado Senhor,

Em atendimento a solicitação contida no Requerimento de Comissão Nº 559/2020 de autoria do Vereador Gabriel, vimos por meio deste responder aos questionamentos sobre o protocolo de atendimento dos pacientes internados no Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, durante o período da pandemia.

Diante da pandemia no novo Coronavírus e considerando o papel do HMDCC no atendimento aos casos suspeitos ou confirmados da doença, o hospital já internou 2.500 pacientes suspeitos ou confirmados até 11/08/2020. Estamos na data de hoje com 60 leitos de CTI e 243 leitos de enfermarias destinados a esses pacientes, seguindo rigorosamente todas as medidas sanitárias recomendadas pelos órgãos oficiais, tanto em relação aos pacientes, visitantes e acompanhantes, quanto em relação aos trabalhadores, a processos de trabalho e à ambiência.

Assim, de acordo com o grau de possibilidade ou não de trânsito de pessoas na cidade e no hospital, estamos adaptando nossas estratégias de emissão dos Boletins Médicos junto aos familiares, além do formato de visitas e acompanhantes.

Atualmente temos:

- a) Nos setores NÃO COVID enfermarias é possível a realização de visitas presenciais de curta duração todos os dias da semana, ao mesmo tempo em que é repassado o boletim médico. Nesses casos há restrição de número de pessoas e as mesmas não podem ser do grupo de risco para a doença, seguindo as orientações das autoridades sanitárias.
- b) Para o setor NÃO COVID CTI é realizada visita de segunda a sexta feira, com restrição de número de pessoas e as mesmas não podem ser do grupo de risco para a doença, seguindo as orientações das autoridades sanitárias. Durante a visita é feito o boletim médico. Aos finais de semana é feito boletim médico fonado (o médico conversa com o familiar por telefone) além da possibilidade da realização de visitas virtuais se o quadro clínico do paciente permite. (com o uso de tablets ou telefones celulares).

- c) Para o setor COVID enfermaria, o boletim fonado está sendo feito de segunda a sexta feira pelo médico assistente. Nesse setor os pacientes lúcidos podem ter acesso ao telefone celular e quando necessário as visitas virtuais podem ser realizadas pela equipe multiprofissional. Disponibilizamos também telefones fixos para os familiares em condições clínicas compatíveis para conversarem com seus familiares. Não são permitidas visitas.
- d) Para o setor COVID CTI o boletim fonado está sendo todos os dias da semana pelo médico assistente. Nesse setor os pacientes lúcidos podem ter acesso ao telefone celular e quando necessário as visitas virtuais podem ser realizadas pela equipe multiprofissional. Não são permitidas visitas.

A síntese dessas normas está expressa no card em anexo.

Com isso, temos muitas manifestações de satisfação/agradecimento dos familiares pelas iniciativas tomadas. Mas temos também algumas manifestações de insatisfação de ambas as naturezas – há os que querem fazer visita e há os que querem vir ao hospital ter notícias de seus familiares.

Nossa intenção é prestar os serviços assistenciais da forma mais humanizada possível, nesse momento de dificuldades para pacientes, familiares e trabalhadores de saúde. Seguem links de iniciativas tomada pelo HMDCC nesse sentido.

<https://www.youtube.com/watch?v=-Npw6IJDmM>

<http://www.hmdcc.com.br/hmdcc-inicia-projeto-de-visita-virtual/>

<http://www.hmdcc.com.br/equipe-se-despede-de-paciente-com-corredor-de-aplausos/>

Respondendo especificamente as questões levantadas:

- Qual o motivo do acolhimento familiar e o repasse de informações ocorrerem apenas duas vezes na semana e por via telefônica?

Como já falado acima, com o advento da Pandemia e as orientações de restrição de fluxo de pessoas para evitar aglomerações e risco de aumento de contágio do vírus, estudamos a melhor forma de repassar as informações aos familiares. Como já dito, colocamos um telefone em cada andar e em cada ala disponível para a ligação de pessoas que podem se locomover entrarem em contato com seus familiares; colocamos a possibilidade de visita guiada por tablet para aqueles que não tem familiaridade com a mídia digital do seu celular; e organizamos a informação médica para todos os pacientes internados nos setores COVID. Nos setores não COVID há possibilidade de visitas regulares de curta duração e acompanhante nos casos previstos na legislação.

- Qual a orientação dada aos familiares dos pacientes sobre o acompanhamento do quadro da pessoa internada?

Os médicos assistentes abordam o quadro clínico atual do paciente, assim como a medicação utilizada, exames realizados e a necessidade de permanência no hospital ou o informe

sobre previsão de alta. Essas informações são repassadas a todos os pacientes internados, sejam nos setores COVID ou não.

- Quais os meios institucionais para acesso às informações do estado de saúde dos pacientes com uma maior frequência?

Conforme mencionado nos itens “a” até “d” desse ofício e no card anexado.

- Qual é o protocolo normal de atendimento e quais as mudanças foram implementadas em razão da pandemia?

Antes da pandemia, era rotina as visitas presenciais diárias, com horário estendido, com a possibilidade de acompanhante baseado na legislação vigente. Os boletins médicos eram presenciais, sendo essa regra comum ao CTI e as Unidades de Internação. Devido ao cenário da pandemia e para evitar aglomerações sociais os boletins nas áreas COVID passaram a ser fonados, sendo que quando ocorre transferência de setores no ambiente hospitalar, a recepção avisa os familiares sobre essa movimentação. Esse contato é realizado quando o paciente é admitido no HMDCC, com constante interlocução com serviço social.

Atenciosamente,



Maria do Carmo
Diretora Executiva
SSA-Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro

Ao Senhor

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício

Gabinete do Prefeito

Av. Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro - BH-MG - CEP 30103-003

C/C

À Senhora

Isabella Aparecida Cordeiro Melo

Chefe de Gabinete

Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

Av Afonso Pena, 2336 – 13º andar – Gabinete – Bairro Funcionários- BH/MG – Cep: 30130-007

Boletim médico e visitas no HMDCC

Boletim Médico Pacientes do 5º andar, 8º andar e Unidade de AVC

Visitas no período de 7h às 12h todos os dias (segunda-feira a domingo).

5º andar

O Boletim Médico será fornecido à beira leito no período da manhã (7h às 12h).

O Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro disponibiliza um telefone fixo para que os pacientes com boas condições físicas, clínicas e emocionais possam se comunicar com os familiares.

8º andar

O Boletim Médico será fornecido à beira leito no período da manhã (7h às 12h).

Unidade de AVC

O Boletim Médico será fornecido à beira leito no período da manhã (7h às 12h).

Boletim Médico Pacientes do 6º e 7º andares

O Boletim Médico será fornecido por telefone ao familiar previamente cadastrado como responsável pelo paciente.

Horários:

De segunda a sexta-feira, das 11h30 às 14h30.

O Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro disponibiliza um telefone fixo para que os pacientes com boas condições físicas, clínicas e emocionais possam se comunicar com os familiares.

Horários disponíveis para ligações:

10h às 12h e 14h às 17h

O paciente não recebe visitas.

Boletim Médico Pacientes do CTI e UEC (Unidade de Estabilização Clínica)

CTI Térreo

Visitas e boletim médico de segunda a sexta-feira.

Box 01 a 10: 14h às 15h

Box 11 a 20: 15h às 16h

Os boletins serão realizados na sala da família e as visitas terão duração de 10 minutos.

Aos finais de semana o Boletim será fornecido por telefone ao familiar previamente cadastrado.

CTI 4º andar (leitos 401 a 410 e leitos 421 a 430)

Visitas e boletins simultâneos nos leitos dos pacientes, de 15 às 17h. Duração de 10 minutos.

Aos finais de semana o Boletim será fornecido por telefone ao familiar previamente cadastrado.

CTI 2º andar (leitos 201 a 240)

CTI 4º andar (leitos 411 a 420 e leitos 431 a 440)

UEC (Unidade de Estabilização Clínica)

O Boletim Médico será fornecido por telefone ao familiar previamente cadastrado como responsável pelo paciente. As ligações são diárias (segunda-feira a domingo) entre 14h e 17h.

O paciente não recebe visitas.

REGRAS GERAIS:

- É obrigatório o uso de máscaras no Hospital.
- Não é permitida a entrada no Hospital de pessoas maiores de 60 anos, com sintomas gripais ou gestante.
- Para evitar aglomeração de pessoas, só será permitida a entrada no Hospital de um familiar por paciente.

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 03/09/20
Responsável pela distribuição



**HOSPITAL
METROPOLITANO**

DR. CELIO DE CASTRO

Rua Dona Luiza, 311 - Milionários - Belo Horizonte
Telefone: 31 3472-4000 www.hmdcc.com.br



OF. GABPREF/DALE Nº 257 /2020

Belo Horizonte, 28 / 08 /2020

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 588/2020** – Vereadora Bella Gonçalves – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.032/20, de 11/08/2020.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 588/2020, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, que solicita informações sobre a evolução da Pandemia Covid-19 no Município.

Consultada, a Secretaria Municipal de Saúde emitiu resposta por meio do Ofício SMSA/DALE/GETC nº 0463/2020, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMSA/DALE/GETC n.º 0463/2020

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2020.

Assunto: TAG 268796 - Requerimento de Comissão 588/2020

Prezado (as) Senhores (as),

O presente expediente trata-se de resposta ao Of. Dirleg n.º 2.033/20, de 11 de agosto de 2020, que tem como referência o Requerimento n.º 588/2020 da Comissão Especial de Estudo para o Enfrentamento da Covid-19, registrado pela Exma. Sra. Vereadora Bella Gonçalves.

Inicialmente, é importante reforçar que os dados atuais sobre a pandemia de Covid-19 em Belo Horizonte apontam para uma melhoria dos indicadores de transmissão da doença (indicador RT), o qual se encontra abaixo do valor 1,00 – o que significa que cada infectado transmite a doença para menos que uma pessoa, favorecendo a queda do número de infectados –, e isso, de fato, tem refletido no decréscimo das notificações de novos casos no município, ao longo do último mês. Além disso, a redução dos novos casos tem proporcionado uma correspondente queda nos novos casos graves, que demandam leitos hospitalares, o que repercute na redução dos indicadores de taxa de ocupação, tanto para enfermaria, quanto para UTI, nos leitos exclusivos para Covid-19 no município. Destaca-se que tais dados se encontram disponíveis no Boletim Epidemiológico e Assistencial divulgado diariamente na página eletrônica da PBH, link <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/coronavirus>.

Sobre os questionamentos apresentados, informamos o que segue:

- 1) Em relação à gestão de leitos, foi estabelecida uma parceria com os hospitais da rede SUS-BH que contribuíram com um mapeamento da estrutura existente, da sua possibilidade de oferta imediata de leitos específicos para a COVID-19 – considerando a garantia de segurança assistencial que o manejo desses doentes demanda – e a sua capacidade de expansão mensal, considerando a abertura de leitos novos, possíveis obras, equipamentos e recursos humanos. Foi consolidado, então, um planejamento conjunto, que previa a expansão gradual de leitos na medida do avanço esperado da pandemia e em observância à grade de referências para o conjunto de patologias atendida na rede SUS-BH, considerando que a retaguarda para as demais urgências e internações também deveria estar garantida, o que foi regulamentado pela Portaria SMSA/SUS-BH n.º 0102/2020.



Apesar de todo o esforço empreendido, com a abertura de 430 leitos novos de enfermaria e 250 de UTI na rede hospitalar SUS da capital – além do remanejamento de 685 leitos de enfermaria e 174 leitos de UTI para os pacientes COVID nesses hospitais, o que foi possível pela redução da demanda por atendimentos de trauma (em função do isolamento social) e pela redução da execução das cirurgias eletivas –, a elevação da taxa de ocupação no SUS fez com que a SMSA-BH publicasse a Portaria SMSA/SUS-BH nº 0269/2020, que regulamentou "(...) a chamada pública para seleção simplificada da rede hospitalar privada sediada em Belo Horizonte, destinada à saúde suplementar, com vistas à complementação de serviços públicos de terapia intensiva adulto de atenção à Síndrome Respiratória Aguda Grave (...)".

Enfim, os resultados mais recentes, com queda constante das taxas de ocupação dos leitos já disponibilizados, conforme já destacado, têm apontado para que é desnecessário o acionamento da rede particular para internação de pacientes do SUS na capital.

- 2) As solicitações de internação que chegam à Central de Internação são processadas e, a todo o momento, é atualizada a disponibilidade de leitos nos hospitais da rede SUS de Belo Horizonte, sendo encaminhado o paciente para o leito adequado à especialidade demandada, assim que a vaga é identificada. Esse trabalho de atualização dos leitos disponíveis permite otimizar o trabalho de efetivação da internação pela SMSA-BH.

Atenciosamente,

Jackson Machado Pinto
Secretário
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Ao Senhor
Guilherme Barcelos
Diretor de Acompanhamento Legislativo - DALE

À Senhora
Dirlaine Machado
Gerência Técnico Consultiva – GETC

